

Sexualidade, Gênero e BNCC: divergências e confluências nos meios educacionais¹

Sexualidad, Género y BNCC: divergencias y confluencias en ambientes educativos

Sexuality, Gender and BNCC: divergences and confluences in educational environments

Sandra Maders²

Matheus Souza Bortolotto³

Resumo

O texto analisa o cenário mundial da forma que o tema de sexualidade e gênero é explorado nos meios acadêmicos e, com isso, traz a legislação vigente no Brasil para tal assunto e exemplos de outros países que utilizam metodologias pedagógicas com resultados positivos no combate à igualdade de gênero. O estudo apresenta uma abordagem bibliográfica e de análise documental, pois foi utilizado documentos de ordem pública a fim de complementar o entendimento do dever do Estado em ofertar uma Educação que respeite a diversidade sexual da sociedade nos tempos atuais.

Palavras-Chave: Sexualidade e Gênero. Metodologias Pedagógicas. Educação.

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Doutora em Educação; Unipampa; Dom Pedrito, Rio Grande do Sul-Brasil; sandramaders@unipampa.edu.br

³ Mestrando em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação-Universidade Federal de Santa Maria; Rio Grande do Sul-Brasil; msouzabortoloto@gmail.com

Resumen

El texto analiza el escenario global de la forma en que el tema de sexualidad y género es explorado en el ámbito académico y, por lo tanto, trae la legislación vigente en Brasil sobre este tema y ejemplos de otros países que utilizan metodologías pedagógicas con resultados positivos en la Lucha contra la igualdad de género. El estudio presenta un enfoque de análisis bibliográfico y documental, ya que se utilizaron documentos de orden público con el fin de complementar la comprensión del deber del Estado de ofrecer una Educación respetuosa con la diversidad sexual de la sociedad en los tiempos actuales.

Palabras clave: Sexualidad y Género. Metodologías Pedagógicas. Educación.

Palabras-clave: Aproximadamente cinco palabras claves o frases, separados por punto y coma.

Abstract

The text analyzes the global scenario of the way in which the topic of sexuality and gender is explored in academic circles and, therefore, brings the legislation in force in Brazil to this subject and examples from other countries that use pedagogical methodologies with positive results in the fight against equality of gender. The study presents a bibliographic and documentary analysis approach, as public order documents were used in order to complement the understanding of the State's duty to offer Education that respects the sexual diversity of society in current times.

Keywords: Sexuality and gender. Pedagogical methodologies. . Education.

1. Introdução

O interesse em pesquisar a temática sexualidade e gênero, deu-se mediante a necessidade de trazê-la para o contexto acadêmico do ensino superior. Percebe-se que em nosso cotidiano essa temática é pouco explorada tanto nos meios acadêmicos quanto nos cenários da educação básica. A motivação para tal pesquisa é voltada ao contrário de um discurso ultraconservador que vigora na sociedade em meio ao século XXI. Em virtude de lutas por tais movimentos, em nível federal, consagra a dificuldade por parte dos professores de executar atividades de aprendizagem no que diz respeito à temática, e assim, o tema se torna um tabu tanto na escola quanto na comunidade de forma geral. Estes movimentos voltam-se, especificamente, para os debates que mais recentemente foram atribuídos à aprovação da BNCC em 2016, com a supressão dos termos gênero e orientação sexual - sendo a versão do Ensino Fundamental homologada em 2017 e a do Ensino Médio em 2018.

Entende-se que as exigências nos dias atuais se direcionam para uma educação com significado, que desenvolva tanto as competências cognitivas como as chamadas socioemocionais. Porquanto, destaca-se que não é de hoje que se identifica a relevância deste avanço na educação brasileira. Desse modo, é possível assinalar alguns momentos da história que foi possível oportunizar condições que favoreçam o desenvolvimento pleno das pessoas.

Numa perspectiva histórica, observa-se que o grande número de mortes causadas pela epidemia de HIV/Aids nos anos 80 e as elevadas taxas de gravidez na adolescência fizeram com que políticas públicas na área da saúde chegassem até o contexto escolar, de forma a prevenir e conscientizar os estudantes. Contudo, a literatura aponta o despreparo e as dificuldades que os professores do sistema educacional apresentam ao abordar temas que se referem à sexualidade humana.

No cenário da educação básica a sexualidade quando abordada é apenas sob um viés biológico, vinculada aos sistemas reprodutivos masculinos e femininos e, também as infecções sexualmente transmissíveis (CRUZ, 2008). Entretanto, é ligeiramente fundamental que a temática também seja apresentada de maneira transversal entre as disciplinas da educação básica, observando sempre questões culturais e socioeconômicas de sexualidade e gênero.

Esta pesquisa é composta por uma análise documental e levantamento teórico. Estas escolhas foram motivadas pelos objetivos propostos pelo trabalho, uma vez que, segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica visa à análise de materiais já publicados, com o objetivo de considerar diversos posicionamentos sobre a temática. Em relação à pesquisa documental, o documento principal utilizado foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre outros documentos oficiais para compreender os direitos que preveem uma educação contextualizada com a realidade da sociedade. “[...] uma pesquisa documental deve extrair uma ideia objetiva da fonte original, permitindo a localização, identificação e organização das informações contidas no documento” (MOREIRA, 2005).

Este trabalho se justifica pela intenção de propor uma reflexão para se pensar em

uma educação contemporânea e realista para a grande diversidade sexual e cultural da atual sociedade.

Esta revisão está dividida em quatro seções: A primeira parte trata de uma análise documental referente ao tema abordado. A segunda parte é uma reflexão sobre a moralidade que reforça um pré-conceito para a abordagem da temática sexualidade e gênero nas escolas. Logo após, apresenta-se um exemplo: o país da Finlândia, representado pela pequena diferença de aprendizado entre os alunos de escolas diferentes e, também, pela igualdade de oportunidades entre gêneros opostos. Por último, relata-se uma excelente metodologia abordada por uma escola infantil da Islândia

2 Análise documental: comprovações do dever com a educação

Inicialmente, é possível observar na Constituição Federal de 1988 no Art. nº205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz no seu Art. nº 26,

A Educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais'. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvar as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Também, neste mesmo contexto, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) no Art. nº 13 indica que:

[...] a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão,

a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966, p.6).

Temos, também, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) que, em seu Art. nº 29, defende a metodologia de uma Educação contextualizada, em que:

§1 Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de: (...) d) preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena; (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989)

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, menciona em seu Art. nº 3 os princípios que devem ministrar o ensino. O inciso III deste artigo trás sobre o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (Brasil, 1996).

Em relação à temática desta pesquisa, o qual me desafiou a pensar a formação de professores dentro da área específica da Licenciatura em Ciências da Natureza, os objetivos foram construídos com indagações pessoais. Diante disso, no que se refere a especificação do ensino de ciências no Ensino Fundamental dentro da BNCC:

[...] a exploração das vivências, saberes, interesses e curiosidades dos alunos sobre o mundo natural e material continua sendo fundamental. Todavia, ao longo desse percurso, percebe-se uma ampliação progressiva da capacidade de abstração e da autonomia de ação e de pensamento, em especial nos últimos anos, e o aumento do interesse dos alunos pela vida social e pela busca de uma identidade própria. Essas características possibilitam a eles, em sua formação científica, explorar aspectos mais complexos das relações consigo mesmos, com os outros, com a natureza, com as tecnologias e com o ambiente; ter consciência dos valores éticos e políticos

envolvidos nessas relações; e, cada vez mais, atuar socialmente com respeito, responsabilidade, solidariedade, cooperação e repúdio à discriminação (BRASIL, 2017)

No que tange à Unidade Temática “Vida e Evolução”, ao Objeto de conhecimento e às Habilidades, ficam assim organizadas:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Vida e evolução	Mecanismos reprodutivos Sexualidade	(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. (EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Fonte: (BRASIL, 2017, p. 348)

Em virtude da importância de uma educação mais contextualizada, estudiosos da área defendem a necessidade de um conteúdo escolar relacionado com a realidade vivida. Desse modo, de acordo com a temática deste trabalho, a relevância de abordá-lo nas escolas têm seu início com o “[...] surgimento da epidemia do HIV/Aids e o reconhecimento da

gravidez de jovens em idade escolar, a sexualidade se consolidou como lugar de fala em torno à ideia de prevenção” (CÉSAR, 2009, p.38). Assim, com a necessidade de considerar no ensino da Educação Básica, o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo, firmou-se a proposta de uma educação voltada para a cidadania.

Estas observações orientaram a implementação dos Temas Transversais, primeiramente trazidos pelos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), em 1997. Já o Conselho Nacional de Educação (CNE) aborda diretamente a transversalidade no seu Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24)

Inicialmente, com a reestruturação do ensino, os Temas Transversais presentes nas PCNs eram 6, eram eles: saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo. Desse modo, as disciplinas curriculares deveriam ser orientadas em torno destes eixos, tornando-se instrumento para o desenvolvimento de um aluno mais capacitado para um pensamento crítico a respeito da sociedade.

Devido às novas demandas sociais, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) surgiram juntamente com a BNCC. A inclusão do termo contemporâneo “evidencia a proposta de atualização dos temas e da sua importância para a Educação Básica” (BRASIL, 2019, p.12).

Diferentemente dos Temas Transversais os TCTs abordam 15 macroáreas temáticas, dispostas em Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo e,

Ciência e Tecnologia. A introdução destes novos temas permite a integração de conteúdos científicos com uma abordagem transversal às questões políticas e sociais, de forma inter, intra e transdisciplinar (BRASIL, 2019, p.14).

Com isso, observa-se a extinção da transversalidade do tema orientação sexual, sendo um tema anteriormente mencionado nas PCN 's. Assim, o tema é abordado de maneira opcional como conteúdo programático da educação básica.

3. A moralidade como ferramenta para a discriminação

A escola funciona como um controle social em diversos aspectos, neste contexto, atuando na produção e reprodução de normas sociais e, dessa maneira, torna-se extremamente importante para a formação de identidade de uma sociedade.

“O gênero e a sexualidade estão intrínsecos no processo de hierarquização social que acompanha toda vida escolar dos educandos” (BRITO; RAMALHO, s/d). Desse modo, gestos, trejeitos, comportamentos diversos dos “moralmente” reconhecidos como padrões, são utilizados como justificativa para exclusão e fortalecimento de hierarquias.

A forma de cobrança e homogeneização de posturas, ocorre, muitas vezes, por meio do Bullying, que nada mais é do que o nome dado à prática de retalhar e desrespeitar as diferenças. Com a função de oprimir, repreender, ofender, esta prática é uma importante ferramenta para embasar padrões toleráveis de gênero e sexualidade no grupo social escolar.

Além da exclusão social, os xingamentos também ocorrem com o bullying, neste caso serve para diminuir e menosprezar as pessoas por um vocabulário pejorativo e ofensivo. O bullying causado pela orientação sexual do indivíduo envolve desde ofensas verbais até agressões físicas.

Para Zanello, Bukowitz & Coelho (2011):

Os xingamentos, enquanto atos ofensivos, colocam em evidência valores de gênero completamente arraigados em nossa cultura. Ou seja, apesar da pluralidade de possibilidades construtivas de masculinidades e feminilidades, sobretudo numa fase como a adolescência, o caráter reacionário dos xingamentos demonstra o quanto as estruturas de nossa sociedade encontram-se ainda baseadas em valores tradicionais. A violência verbal, presente no caráter ofensivo do xingamento, aponta desta maneira para a reafirmação desses valores e dos lugares sociais que os sujeitos devem ocupar (p.166).

O preconceito, para a psicologia, “é definido como um julgamento prévio ou definido de grupos, que levam a atitudes e comportamentos negativos direcionados a estes” (SOUZA, FRANÇA, 2017). Assim, a homofobia é a forma de preconceito contra pessoas homossexuais e com todas as pessoas com identidades de gênero ou sexuais que destoam das heterossexuais.

Os livros que tratam sobre educação sexual sequer apontam o termo “homossexualidade”, e de todos os livros que eu li nenhum deles expõe os termos pejorativos utilizados como ofensa contra as vítimas. Desse modo, a desinformação e a falta de diálogo sobre o assunto resultam na normalização das agressões verbais, contribuindo para a homofobia no ambiente escolar.

Segundo Roselli-Cruz (2011) a escola não se encontra preparada para “enfrentar o preconceito causado por estereótipos homossexuais e com o significado sexual de alguns palavras, onde alguns alunos podem sofrer bullying pela representação de seus atos motores, gestos e fala estereotipada, que irá caracterizar um tipo de bullying homofóbico”.

É fundamental entender que o preconceito e a discriminação por diferenças sexuais não ocorrem apenas na escola que, por ser um ambiente de sociabilização de desenvolvimento pessoal, acaba por se perpetuando em uma sociedade contaminada por práticas preconceituosas.

Na sociedade moderna ainda existe um processo simultâneo de proteção contra a ruptura dos padrões e construção de novas definições do que é socialmente masculino e feminino e, portanto, em pleno século XXI, as escolas ainda apresentam um ambiente hostil

para a diversidade e pluralidade sexual.

O motivo pelo qual o debate sobre o bullying homofóbico se torna tão importante está nas estatísticas. Segundo pesquisa publicada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 20 de janeiro de 2023, “o Brasil continua a liderar o ranking dos países que mais matam LGBTQIA+. De acordo com levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), ao menos 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta em 2022”. Estes números refletem a displicência com a qual o estado se movimenta para combater a violência por questões de sexualidade e gênero. Pode-se afirmar que, a maior ferramenta para auxiliar na diminuição desses números é a educação. Contudo, sabe-se que, o movimento conservador aumenta ainda mais a distância de uma realidade onde o assunto poderia ser tratado livremente nas escolas.

Ensinar sobre esse tema vai além dos termos técnicos reconhecidos, trata-se, também, do fortalecimento e do respeito pela diversidade, e pela vida humana. Como forma de combater as agressões físicas e verbais que ocorrem em nossa sociedade contra homossexuais, transsexuais e bissexuais, após decisão do Supremo Tribunal Federal, foi decretado em 2019 que a homofobia é crime imprescritível e inafiançável. No entendimento do Tribunal, a prática se enquadra na “Lei do Racismo (Lei n 7.716/1989), na qual pode prever até três anos de reclusão para quem incorrer nesta conduta”. (FGV, 2022).

De outra maneira, dentro da escola, para combater padrões preconceituosos e homofóbicos, para combater a desinformação, nada melhor do que o amor e a informação, ao invés de penalidades vexatórias e abusivas. Segundo Maturana (1998, p.22):

As interações recorrentes no amor ampliam e estabilizam a convivência; as interações recorrentes na agressão interferem e rompem a convivência. Por isso a linguagem, como domínio de coordenações consensuais de conduta, não pode ter surgido na agressão, pois esta restringe a convivência, ainda que, uma vez na linguagem, ela possa ser usada na agressão. (Maturana, 1998, p.22)

Muitas vezes, os alunos que possuem orientação sexual diversa ou não se identificam com o sexo biológico, sofrem retaliação, não apenas na escola, mas, principalmente, dentro

de casa. Assim, nestes casos, a comunidade escolar deveria acolher de maneira afetuosa estas crianças/adolescentes, a fim de ampará-los da desinformação e preconceito. Conforme observa Lerner (2007), ao que tange ser um dever do governo para com as escolas:

É indispensável instrumentalizar didaticamente a escola para trabalhar com a diversidade. Nem a diversidade negada, nem a diversidade isolada, nem a diversidade simplesmente tolerada. Também não se trata da diversidade assumida como um mal necessário ou celebrada como um bem em si mesmo, sem assumir seu próprio dramatismo. Transformar a diversidade conhecida e reconhecida em uma vantagem pedagógica: este me parece ser o grande desafio do futuro (Lerner, 2007, p.7).

Ainda, como um ambiente transformador, em tese, a escola deve “permitir e facilitar o crescimento das crianças como seres humanos que respeitam a si próprios e aos outros” (MATURANA, 2000, p.13). Esse entendimento resume a função da escola no combate ao preconceito e, portanto, agir de maneira didática na luta contra a cultura do bullying homofóbico e de identidade de gênero.

4 Evolução finlandesa na Educação em Gênero e Sexualidade

Nesta parte do texto será analisado um panorama geral sobre como o país da Finlândia trata dessas questões educacionais, fazendo um comparativo com a realidade do Brasil, para, então, compreender o porquê de a Finlândia ser um país em destaque na Educação e, principalmente, nos assuntos de Sexualidade e Gênero.

Com apenas uma busca no site da Comissão Europeia, na seção Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA - sigla em inglês da agência), precisamente na página da Visão Geral da Finlândia, encontrou-se as “principais características do sistema educacional finlandês, onde a garantia de igualdade de oportunidades para todos é a característica fundamental da cultura nacional” (SILVA, 2019, p.23).

Entre as escolas é possível identificar uma pequena diferença nos níveis de aprendizagem, assim, já é possível observar a maneira com que a educação é tratada no país europeu. A educação finlandesa é financiada publicamente, com apenas 2% da população estudantil no ensino privado, sendo este também financiado pelo governo federal. Ainda, a autonomia das escolas é citada no Portal *online* do EACEA (2022/2023)

Na Finlândia, a oferta de educação é dirigida por meio de regulamentos, informações e financiamento. A autonomia local é alta. A maior parte do financiamento vem de orçamentos locais e as transferências do governo não são vinculadas. Um dos regulamentos, o currículo básico nacional deixa espaço para variações locais e, portanto, escolas e professores individuais têm muita liberdade na elaboração de seus próprios currículos e instrução. As instituições de ensino superior finlandesas também gozam de ampla autonomia. Eles são independentes em relação às suas finanças e administração. As instituições são autônomas em relação ao ensino e à pesquisa (EACEA, 2022/2023).

Em relação a educação na Finlândia, propriamente dita, é possível observar sua resistência às investidas neoliberais e, assim, vem mantendo “sua configuração de Estado social que intervém na regulação social e atua na manutenção e na ampliação da equidade social” (BRITTO, 2013, p.18), através dos chamados investimentos substantivos em políticas sociais e políticas de pesquisa, desde o final da década de 80.

Na Finlândia, não se observa o processo educacional e avaliativo inspirados em modelos empresariais, sem o estímulo de competição entre as escolas, sem a aprendizagem dos alunos por meio da intensificação de testes padronizados e sem a responsabilização direta dos profissionais de educação (diferente do Brasil).

Essa perspectiva está praticamente ausente do sistema educacional finlandês. Isso não significa que a Finlândia não adote nenhum tipo de padronização, não dê ênfase à aprendizagem de habilidades básicas nem promova mecanismo algum de accountability no sistema educacional. Tais elementos estão presentes, porém inseridos em uma abordagem que privilegia a autonomia profissional dos docentes e diretores de escola e a responsabilidade compartilhada pelo sucesso escolar dos alunos. Certamente, esse tipo de abordagem é favorecido por um contexto em que a qualidade da formação docente e o prestígio social dos professores estão consolidados (BRITTO, 2013, p. 20).

O documento Finnish Education in a Nutshell (Educação Finlandesa em Poucas

Palavras) de 2018, ressalta em seu princípio básico a equidade na educação finlandesa, observando o direito e dever do estado para que tenham o acesso igual à uma educação e treinamento de alto nível. Estas oportunidades na educação estão disponíveis para todos os cidadãos, independente de gênero, sexualidade, etnia, idade, riqueza e onde vivem (FINNISH NATIONAL AGENCY OF EDUCATION, 2018).

No país europeu, há um órgão específico que cuida das questões de gênero, o Ministério de Assuntos Sociais e Saúde da Finlândia (STM - abreviação em finlandês de Sosiaali Ja Terveysministeriö). Esse órgão também cuida das questões sociais nas escolas, “mas principalmente nas relações da vida em sociedade, amparado por leis e projetos, com o objetivo de diminuir as diferenças de gênero no país”. (SILVA, 2019, p.37)

No país nórdico, existe uma Lei de Não Discriminação (Lei de Não discriminação 1325/2014), cujos objetivos gerais estão a proteção aos direitos profissionais das mulheres, estendendo-se à promoção de igualdade de gênero e na prevenção da discriminação causada pela diversidade na identidade/expressão de gênero ou sexual.

A educação sexual na Finlândia é incluída no seu currículo escolar desde os anos 70, e assim, os padrões foram promulgados; com o conhecimento sob um viés biológico do tema que resultou na diminuição da gravidez na adolescência.

Para Kontula (2010) a educação sexual apresenta-se com elementos fornecidos desde o jardim de infância, na Finlândia e, da primeira à sexta série (dos sete aos doze anos). Os professores e profissionais da área, ficam responsáveis por fornecer o acesso à educação, nesta área, tendo o assunto focado em questões biológicas e emocionais básicas.

As escolas possuem autonomia para tratar do assunto com suas próprias diretrizes e variações de abordagem do tema. A Finlândia vem apresentando ótimos resultados na promoção de educação sexual.

Em meados da década de 1990, houve alguma redução na educação sexual escolar, como resultado da redução da aplicação das regulamentações nacionais e do declínio

nas horas destinadas à saúde e à educação familiar. Em maior medida do que no início dos anos 90, a educação sexual se concentrava na biologia. Anteriormente, a educação sexual havia sido integrada especialmente na educação em saúde, educação familiar e biologia (Kontula, 1997). Na virada do milênio, o número de aulas de educação sexual aumentou novamente. O aumento foi causado por uma ênfase geral na educação em saúde nas escolas e por programas específicos de educação sexual. Na Lei de Educação Básica (453/2001), a educação foi definida como disciplina escolar obrigatória. A educação em saúde abrange de forma abrangente a educação sexual. Nos graus sete a nove, a educação sexual deve incluir - além do conhecimento básico em saúde sexual - informações sobre a saúde física, desenvolvimento psíquico e social. Deve também ajudar os alunos a compreender a comunicação, as relações humanas, a responsabilidade e o cuidado mútuo na interação e no bem-estar humano (KONTULA, 2010, p. 375).

Segundo Kontula (2010), um grande ponto para o resultado dos altos índices de conhecimento dos adolescentes Finlandeses sobre o tema deve-se atribuir aos servidores de saúde escolar, ou os/as chamadas enfermeiros (as) escolares. As pesquisas realizadas a fim do entendimento dos impactos relacionados à oferta de conhecimento em educação sexual e saúde sexual vêm auxiliando na produção de materiais didáticos para os professores e, assim, orientar e avaliar o conhecimento dos alunos sobre o tema.

Outro fator importante está na qualificação dos professores para tal abordagem, sendo, assim, exigida uma formação especial universitária, ou seja, deve-se cursar uma disciplina em educação sexual, o que implica em uma maior qualidade no conhecimento da área. No portal *online* da EACEA (2023) encontra-se que “na Finlândia, a garantia de qualidade é principalmente responsabilidade dos provedores de educação e das próprias instituições educacionais em todos os níveis de ensino”.

Segundo Silva (2017), “por se encaixar em educação para a saúde, a educação em sexualidade é obrigatória nos termos da Lei da Educação Básica finlandesa”. Contudo, o Conselho Nacional de Educação finlandês determinou padrões mínimos que foram incluídos nesta área. Além de estar incluído na área da saúde, na biologia, mas, também, em outras disciplinas (Kontula, 2010).

5 Islândia - Metodologia "Hjalli"

Outro país nórdico que é visto como um exemplo, na área de educação, é a Islândia. Todos os islandeses acima de 15 anos são alfabetizados e possuem saneamento básico, entre outros direitos fundamentais que deveriam ser universais a todos os países.

A receita para possuir um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) está na igualdade, que é promovida a partir da Educação Infantil. O país possui um dos menores índices de desigualdade de gênero e foi o primeiro país do mundo a impor igualdade salarial entre homem e mulher (G1, 2018).

Existe um grande esforço desde a educação primária para o fim dos estereótipos estipulados pela sociedade impostos aos gêneros opostos. Seguindo a metodologia imposta em alguns jardins de infância, meninos e meninas são separados, inclusive durante o recreio.

O conceito pode parecer conservador, à primeira vista, mas a intenção é abolir qualquer referência de gênero existente. As escolas não possuem brinquedos estereotipados para que as crianças possam se expressar sem as tradicionais referências de gênero. A principal busca dos professores é por atividades que estimulem a criatividade, o senso de imaginação, sem se preocupar com brincadeiras associadas ao “universo masculino/feminino”. O conceito abrange muita prática e resultado, entendendo que separados é possível desenvolver ambos os gêneros, uma vez que, por cultura, os homens tendem a reprimir seu lado “sentimental”. Assim, este método trabalha nas meninas o entendimento sobre o próprio corpo, desenvolvimento de suas aptidões físicas e passam a entender que são capazes de tudo. Por outro lado, os meninos iniciam o dia executando atividades mais calmas, práticas de meditação, diálogo entre os colegas e, dessa maneira, incentivando demonstrações de afeto e dos seus sentimentos.

Segundo a reportagem cedida ao G1 Portal de Notícias, da Rádio França Internacional, “nas escolas da Islândia, eles não rotulam, em momento algum, o comportamento de que uma coisa é para menino ou menina. Um professor que utilize rótulos como ‘isso é coisa de ‘mulherzinha’ seria um criminoso, isso não existe na Islândia”, explicou a guia turística brasileira Érika Martins Carneiro (G1, 2019)

Esta metodologia chamada “Hjalli”, palavra que significa “terraço” em português, foi criada pela educadora Margrét Pála Ólafsdóttir em 1989, uma personalidade na Islândia” (G1, 2019). Portanto, o retrocesso no Brasil sobre o tema fica ainda mais evidente, uma vez que a frase “meninos vestem azul e meninas rosa”, foi aplaudida por apoiadores da então Ministra Damares Alves. A metodologia “Hjalli” é um exemplo para aqueles que confiam em uma educação sem estereótipos e, assim, introduzir valores como solidariedade, democracia, respeito e justiça desde a infância.

5 Considerações finais

Por meio desta pesquisa foi possível reconhecer metodologias de ensino capazes de proporcionar uma educação voltada para a conscientização e prevenção contra preconceitos centralizados na temática da sexualidade e gênero. Como dito acima, a escola é um ambiente de formação de cidadãos e, dessa maneira o professor se torna a maior referência dentro da sala de aula onde deve sentir-se seguro para abordar todos os assuntos contemporâneos da nossa sociedade. Assim, é possível abrir vários caminhos para a interdisciplinaridade sobre o assunto, sabendo que Sexualidade e Gênero é um Tema Transversal e pode ser apresentado em qualquer outra disciplina. Esta pesquisa voltou-se ao cunho particular, visto que a falta de respaldo profissional nas escolas sobre a temática, permite a existência de discriminação de toda forma de comportamento diferente daquilo que é moralmente tradicional. Portanto, acredito que não basta amparo legislativo quando a discriminação de gênero ou sexual iniciam-se na base da formação de um cidadão. É preciso ressignificar as opiniões conservadoras que reprimem a Educação Sexual voltada para questões que envolvem a Sexualidade e Orientação Sexual. O primeiro passo é entender que é um dever do Professor trabalhar estes conceitos em sala de aula e, entender que, ideologias particulares não podem expor os alunos a desinformação. Espera-se também que, em um futuro não muito distante, possamos analisar a abordagem voltada para esta temática durante a formação inicial de professores em geral, visto que, se faz necessário formar professores capazes intelectualmente para combater o preconceito e a desinformação nas escolas.

6 Referências

AAKER, ET AL (2001) “Marketing Research” (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, Inc

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. MEC, 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf > Acesso em 21 de Nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em 14 Nov.2022.

CÉSAR. M. R. de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”**. Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CRUZ, I. S. **Percepções de professoras de Ciências sobre gênero e sexualidade e suas implicações no Ensino de Ciências e práticas de educação sexual**. In: FAZENDO GÊNERO, 8., Florianópolis. 2008. Anais. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 5 ed. São Paulo:Atlas,1999. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MARTINS, G. D. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org>> Acesso em 21 de Nov. 2022.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966**. Disponível em:

<<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Economicos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>> Acesso em 18 de Nov. 2022

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> >. Acesso em 18 de Nov. 2022

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005